

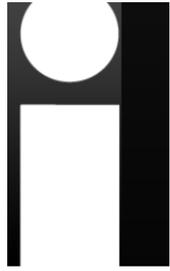


Reis Campos, presidente da CPCI, reuniu com o ministro da Economia.

CONSTRUÇÃO

Confederação apresenta ao Governo medidas para ajudar o sector

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) foi recebida ontem pelo ministro da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira, para apresentar medidas que ajudem o sector a reverter o cenário de crise. Reis Campos, presidente da CPCI, afirmou ao Diário Económico que as medidas vão ao encontro do acordado com a 'troika' como a dinamização do mercado da reabilitação urbana e arrendamento, reajustamento das verbas do QREN e apoios à internacionalização.



Construção quer medidas urgentes para o sector

LISBOA A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário entregou ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção para recuperar o sector, que emprega quase 800 mil trabalhadores. A estratégia orçamental de médio prazo para o investimento, a reabilitação urbana, o arrendamento, a internacionalização, o mercado laboral e as parcerias público-privadas são algumas das áreas focadas. *Lusa*

CONSTRUÇÃO

Confederação propõe medidas para a retoma

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou ontem ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do sector, que emprega quase 800 mil trabalhadores. Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana, atrasos nos pagamentos, mercado laboral, internacionalização e PPP são algumas das áreas de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI, Reis Campos.



CONSTRUÇÃO

CPCI com medidas para retoma do setor

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou ontem ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do setor, que emprega quase 800 mil trabalhadores. Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-Privadas, Plano Estratégico para o Setor dos Transportes são algumas das áreas de intervenção.



CONSTRUÇÃO

por © 2011 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Estado deve mais de 1,2 mil milhões de euros às construtoras - confederação

publicado
07:45
19 julho '11

Texto

fonte Leia-me

A dívida do Estado às empresas de construção ultrapassa os 1,2 mil milhões de euros, disse à Lusa o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI).

"Somos o maior credor do Estado, quer em termos das autarquias, quer em termos da Administração Central. Temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros", afirmou Reis Campos.

O presidente da CPCI disse que a dívida das câmaras ascende a 850 milhões de euros, enquanto a da Administração Central totaliza 370 milhões de euros.



◀ Notícia 9 das 10 últimas ▶

Estado deve mais de 1,2 mil milhões às construtoras

Governo comprometeu-se com a troika a fazer um levantamento completo dos pagamentos em atraso do Estado aos fornecedores

Por: [Redacção / VC](#) | 19-7-2011 9: 1

A dívida do Estado às empresas de construção já supera os 1,2 mil milhões de euros.

«Somos o maior credor do Estado, quer em termos das autarquias, quer em termos da Administração Central. Temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros», disse à Lusa o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), Reis Campos.



Estado deve mais de 1,2 mil milhões de euros às construtoras



A dívida do Estado às empresas de construção ultrapassa os 1,2 mil milhões de euros, disse o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI).

«Somos o maior credor do Estado, quer em termos das autarquias, quer em termos da Administração Central. Temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros», afirmou Reis Campos.

O presidente da CPCI disse que a dívida das câmaras ascende a 850 milhões de euros, enquanto a da Administração Central totaliza 370 milhões de euros.

Quanto aos prazos de pagamento, Reis Campos disse que «a lei obriga à realização do pagamento em 60 dias, mas as câmaras continuam a pagar a oito meses e o Estado a quatro meses».

Na segunda-feira, Reis Campos reuniu-se com o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, e entregou-lhe um documento em que a CPCI aponta 11 áreas de intervenção e medidas concretas para a recuperação do sector da construção e do imobiliário. A regularização dos montantes em dívida é uma das áreas que consta do documento.

Até ao final de Agosto, o Governo terá «realizar e publicar um levantamento completo dos pagamentos em atraso» do Estado aos fornecedores.

De acordo com o acordo de resgate financeiro, o novo Executivo terá de «realizar e publicar um levantamento completo de pagamentos em atraso de entidades das administrações públicas e empresas públicas, abrangendo todas as categorias de despesa com referência a Junho de 2011».



Economia

Dados da CPCI

Estado deve mais de 1,2 mil milhões de euros às construtoras

19.07.2011 - 08:00 Por Lusa

A dívida do Estado às empresas de construção ultrapassa os 1,2 mil milhões de euros, disse à Lusa o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI).



Dívida das câmaras às construtoras ascende a 850 milhões
(Daniel Rocha)

“Somos o maior credor do Estado, quer em termos das autarquias, quer em termos da Administração Central. Temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros”, afirmou Reis Campos.

O presidente da CPCI disse que a dívida das câmaras ascende a 850 milhões de euros, enquanto a da Administração Central totaliza 370 milhões de euros.

Quanto aos prazos de pagamento, Reis Campos disse que “a lei obriga à realização do pagamento em 60 dias, mas as câmaras continuam a pagar a oito meses e o Estado a quatro meses”.

Na segunda-feira, Reis Campos reuniu-se com o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, e entregou-lhe um documento em que a CPCI aponta 11 áreas de intervenção e medidas concretas para a recuperação do sector da construção e do imobiliário. A regularização dos montantes em dívida é uma das áreas que consta do documento.

Até ao final de Agosto, o Governo terá “realizar e publicar um levantamento completo dos pagamentos em atraso” do Estado aos fornecedores.

De acordo com o acordo de resgate financeiro, o novo Executivo terá de “realizar e publicar um levantamento completo de pagamentos em atraso de entidades das administrações públicas e empresas públicas, abrangendo todas as categorias de despesa com referência a Junho de 2011”.

Terça feira, 19 Jul

VISÃO

[Início](#)

[Notícias](#)

[Eleições 2011](#)

[Caravana](#)

[Opinião](#)

[VISÃO Verde](#)

[VISÃO7](#)

[Viagens](#)

[Últimas](#)

[Portugal](#)

[Eleições 2011](#)

[Futebol](#)

[Mundo](#)

[Economia](#)

[Sociedade](#)

[Cultura](#)

[VISÃO Se7e](#)

[Página inicial](#) > [Última Hora Lusa](#) > [Construção: Confederação entrega ao Governo ...](#)

Construção: Confederação entrega ao Governo documento com medidas para retoma do setor

Lusa - Esta notícia foi escrita nos termos do Acordo Ortográfico

19:01 Segunda feira, 18 de Jul de 2011

Lisboa, 18 jul (Lusa) - A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou hoje ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do setor, que emprega quase 800 mil trabalhadores.

Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-Privadas (PPP), Plano Estratégico para o Setor dos Transportes são algumas das áreas de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI.

Segundo Reis Campos, das áreas de intervenção que constam no documento da CPCI fazem ainda parte a tributação do património, a revisão de legislação, o investimento público e a contratação pública.



Empresas

Estado deve mais de 1,2 mil milhões às construtoras

Governo comprometeu-se com a troika a fazer um levantamento completo dos pagamentos em atraso do Estado aos fornecedores

A dívida do Estado às empresas de construção já supera os 1,2 mil milhões de euros.

«Somos o maior credor do Estado, quer em termos das autarquias, quer em termos da Administração Central. Temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros», disse à Lusa o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), Reis Campos.

O presidente da CPCI disse que a dívida das câmaras ascende a 850 milhões de euros, enquanto a da Administração Central totaliza 370 milhões de euros.

Estado demora quatro meses a pagar

Quanto aos prazos de pagamento, Reis Campos adiantou que «a lei obriga à realização do pagamento em 60 dias, mas as câmaras continuam a pagar a oito meses e o Estado a quatro meses».

Ainda na segunda-feira este se reuniu com o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, a quem entregou um documento em que a CPCI aponta 11 áreas de intervenção e medidas concretas para a recuperação do sector da construção e do imobiliário. A regularização dos montantes em dívida é uma das áreas que consta do documento.

Prazos da troika apertam

Até ao final de Agosto, o Governo terá «realizar e publicar um levantamento completo dos pagamentos em atraso» do Estado aos fornecedores.

O resgate financeiro acordado com a troika prevê que o novo Executivo realize e publique «um levantamento completo de pagamentos em atraso de entidades das administrações públicas e empresas públicas, abrangendo todas as categorias de despesa com referência a Junho de 2011».



Construção: Confederação entrega ao Governo documento com medidas para retoma do setor

Lusa

19:01 Segunda feira, 18 de julho de 2011

Lisboa, 18 jul (Lusa) - A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou hoje ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do setor, que emprega quase 800 mil trabalhadores.

Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-Privadas (PPP), Plano Estratégico para o Setor dos Transportes são algumas das áreas de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI.

Segundo Reis Campos, das áreas de intervenção que constam no documento da CPCI fazem ainda parte a tributação do património, a revisão de legislação, o investimento público e a contratação pública.



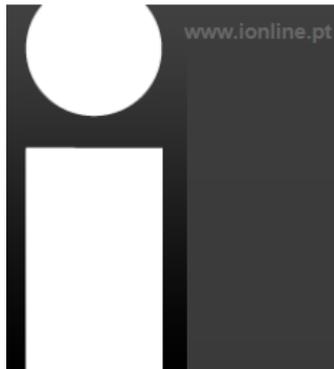
Construção: Confederação entrega ao Governo documento com medidas para retoma do setor

18 de Julho de 2011, 19:01

Lisboa, 18 jul (Lusa) - A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou hoje ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do setor, que emprega quase 800 mil trabalhadores.

Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-Privadas (PPP), Plano Estratégico para o Setor dos Transportes são algumas das áreas de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI.

Segundo Reis Campos, das áreas de intervenção que constam no documento da CPCI fazem ainda parte a tributação do património, a revisão de legislação, o investimento público e a contratação pública.



Construção: Estado deve mais de 1,2 mil milhões de euros às construtoras - confederação

Publicado em 18 de Julho de 2011

A dívida do Estado às empresas de construção ultrapassa os 1,2 mil milhões de euros, disse à Lusa o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI).

"Somos o maior credor do Estado, quer em termos das autarquias, quer em termos da Administração Central. Temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros", afirmou Reis Campos.

O presidente da CPCI disse que a dívida das câmaras ascende a 850 milhões de euros, enquanto a da Administração Central totaliza 370 milhões de euros.

*** Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico ***

Conjuntura

CPCI entrega ao Governo documento com medidas para construção

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou hoje ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do setor, que emprega quase 800 mil trabalhadores.

Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-Privadas (PPP), Plano Estratégico para o Setor dos Transportes são algumas das áreas de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI.

Segundo Reis Campos, das áreas de intervenção que constam no documento da CPCI fazem ainda parte a tributação do património, a revisão de legislação, o investimento público e a contratação pública.

 [Partilhar](#) |     

Fonte: Diário Digital



dinheirodigital

Economia

Subsecções: [UE](#) | [Mundo](#)

Outros artigos desta secção

segunda-feira, 18 de Julho de 2011 | 19:01

 [Imprimir](#)  [Enviar por Email](#)

Construção: CPCI entrega ao Governo documento com medidas

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou hoje ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do setor, que emprega quase 800 mil trabalhadores.

Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-Privadas (PPP), Plano Estratégico para o Setor dos Transportes são algumas das áreas de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI.

Segundo Reis Campos, das áreas de intervenção que constam no documento da CPCI fazem ainda parte a tributação do património, a revisão de legislação, o investimento público e a contratação pública.

Diário Digital / Lusa



dinheirodigital

DIÁRIO DIGITAL | **1ª PÁGINA** | **EMPRESAS** | **BANCA E SEGUROS** | **NEGÓCIOS** | **FINANÇAS** | **IMPOSTOS** | **ECONOMIA**

Finanças

Outros artigos desta secção

terça-feira, 19 de Julho de 2011 | 07:45

 Imprimir  Enviar por Email

Dívida do Estado às construtoras ultrapassa 1,2 mil M€

A dívida do Estado às empresas de construção ultrapassa os 1,2 mil milhões de euros, disse à Lusa o presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI).

«Somos o maior credor do Estado, quer em termos das autarquias, quer em termos da Administração Central. Temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros», afirmou Reis Campos.

O presidente da CPCI disse que a dívida das câmaras ascende a 850 milhões de euros, enquanto a da Administração Central totaliza 370 milhões de euros.

Diário Digital / Lusa

Terça-Feira 19 Julho de 2011



Confederação da Construção entrega ao Governo medidas para retoma do sector PORTUGAL



18/07/11, 19:42
OJE/Lusa

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou hoje ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do sector, que emprega quase 800 mil trabalhadores.

Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-

Privadas (PPP), Plano Estratégico para o Sector dos Transportes são algumas das área de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI.

Segundo Reis Campos, das áreas de intervenção que constam no documento da CPCI fazem ainda parte a tributação do património, a revisão de legislação, o investimento público e a contratação pública.

O presidente da CPCI disse à Lusa que o documento contém propostas do sector da construção e do imobiliário para a concretização das medidas do memorando de entendimento assinado com a troika.

"São 11 áreas de intervenção com medidas concretas que permitirão concretização dos compromissos assumidos internacionalmente e, noutros casos, irão mais longe, no sentido de promover a competitividade", explicou.

A título de exemplo, no que respeita à internacionalização, a CPCI lembra que não existem apoios do Estado ao sector, "que já representa cerca de 16% das exportações do país, ou seja, 5,4 mil milhões de euros".

"Não existem apoios do Estado à internacionalização numa altura em que escasseiam as obras, em que os projectos públicos estão a ser cancelados ou suspensos", afirmou Reis Campos, acrescentando que existem problemas na obtenção de vistos para os trabalhadores.

A CPCI reivindica também a readaptação das verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), afirmando que há 15 mil milhões de euros que podem ser readaptadas e utilizados na dinamização do investimento público.

Em matéria de reabilitação urbana, a confederação sugere a concretização do pacote de medidas aprovado em conselho de ministros pelo Governo anterior, que incluía um fundo de 1.700 milhões de euros.

Sobre as PPP, Reis Campos disse que a confederação sugere uma monitorização e uma reanálise dos projectos, referindo que no encontro com o ministro Álvaro Santos Pereira não falou "em termos pontuais de cada uma" das parcerias.

"Entendemos que não é possível vencer o desafio do crescimento com a construção e o imobiliário em queda permanente", argumentou Reis Campos, lembrando que o sector perdeu 5.800 empresas nos últimos três anos.

dívidas do estado à construção rondam os 1,2 milhões

terça, 19 julho de 2011 - 09:42 h

 Recomendar

 Tweet



publicado por [id](#) equipa@idealista



câmaras devem 850 milhões de euros e administração central 370 milhões

o **estado deve mais de 1,2 milhões de euros às empresas de construção**. a garantia foi dada por reis campos, presidente da confederação portuguesa da construção e do imobiliário (cpci). "**somos o maior credor do estado**, quer em termos das autarquias, quer em termos da administração central. temos uma dívida de 1,2 mil milhões de euros", referiu o responsável, citado pelo dinheiro vivo (dv)

de acordo com reis campos, a **dívida das câmaras ascende a 850 milhões** de euros enquanto a da **administração central totaliza 370 milhões** de euros. o responsável adiantou, em declarações ao dv, que "a lei obriga à realização do pagamento" da dívida em 60 dias, mas que tal não sucede: "as câmaras continuam a pagar a oito meses e o estado a quatro meses"

na segunda-feira, dia 19, **reis campos esteve reunido com o ministro da economia, álvaro santos pereira**, e entregou-lhe um documento no qual a cpci aponta 11 áreas de intervenção e medidas concretas para a recuperação do sector da construção e do imobiliário. segundo o dv, a regularização dos montantes em dívida é uma das áreas que consta do documento

até ao **final de agosto**, e segundo o memorando de entendimento assinado com a "**troika**", o **governo** terá "**realizar e publicar um levantamento completo de pagamentos em atraso** de entidades das administrações públicas e empresas públicas, abrangendo todas as categorias de despesa com referência a junho de 2011"



Imobiliario

Construção: CPCI entrega ao Governo documento com medidas

segunda-feira, 18 de Julho de 2011 | 19:01

[Imprimir](#) [Enviar por Email](#)

A Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI) entregou hoje ao ministro da Economia um documento em que define 11 áreas de intervenção prioritária para a recuperação do setor, que emprega quase 800 mil trabalhadores.

Estratégia orçamental de médio prazo no investimento, reabilitação urbana e arrendamento, atrasos nos pagamentos, internacionalização, mercado laboral, Parcerias Público-Privadas (PPP), Plano Estratégico para o Setor dos Transportes são algumas das áreas de intervenção, adiantou à Lusa o presidente da CPCI.

Segundo Reis Campos, das áreas de intervenção que constam no documento da CPCI fazem ainda parte a tributação do património, a revisão de legislação, o investimento público e a contratação pública.

Diário Digital / Lusa